

VI Semana Internacional de Pedagogia

“Pedagogia em MovimentUS: Aproximações entre Universidade e Sociedade”



II Encontro Estadual de Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em Prisões de Alagoas

“Educação de pessoas em privação de liberdade: Embates, Políticas Públicas e Práticas Educacionais”

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

“POR MAIS AULAS DE HISTÓRIA PARA ESSA GENTE...”

A crença no conhecimento como antídoto à ideologia

Valci Melo Silva dos Santos¹
 Lavoisier Almeida dos Santos²

RESUMO

O presente artigo analisa materialidades discursivas que usam o discurso do conhecimento socio-histórico para justificar a não tomada de posições políticas conservadoras e/ou reacionárias. Para tal, retoma-se a problemática relação entre ciência e ideologia e, por meio da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, procede-se a uma análise discursiva de materialidades que atribuem determinadas posições ideológicas à falta de conhecimento científico. Ao longo do texto, à luz do materialismo histórico-dialético, em especial, das contribuições de Georg Lukács, argumenta-se em favor da ideologia como conjunto de ideias, sentimentos, crenças e valores com caráter prático-operativo e, portanto, para além da noção corrente que a identifica à falsa consciência. Por fim, conclui-se que, embora a ideologia seja uma forma de consciência social, não há incompatibilidade entre a mesma e o conhecimento científico, na medida em que cumprem funções sociais diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Ideologia. Comportamento político. Análise do Discurso.

1 INTRODUÇÃO

Em 31 de agosto de 2016, o Congresso Nacional cassou o mandato presidencial de Dilma Rousseff, coroando um processo iniciado imediatamente após o resultado das eleições presidenciais de 2014, quando a então presidenta e candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT) teve a sua vitória contestada pelo candidato da oposição e por seus apoiadores.

Em uma campanha marcada por denúncias de corrupção na Petrobras, envolvendo pessoas ligadas diretamente ao PT, e pelo acirramento da crise econômica e o consequente crescimento do desemprego no país, a vitória apertada de Dilma Rousseff nas urnas foi insuficiente para garantir governabilidade. Assim, a

¹ Doutorando em Educação pela UFAL, professor de ensino fundamental na rede pública municipal de São José da Tapera e professor substituto no Campus Sertão da UFAL. valcimelo@hotmail.com.

² Doutorando em Letras e Linguística pela UFAL e professor de Língua Portuguesa nas redes públicas estaduais de Alagoas e de Sergipe. lavoisierdealmeida@hotmail.com.

presidenta reeleita teve de lidar, desde os primeiros meses de seu segundo mandato, com panelaços nas varandas durante pronunciamento seu e/ou do PT na televisão e com protestos de rua pedindo a sua saída do governo.

Esse processo culminou em 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal, por 61 votos a favor e 20 contrários, cassou o mandato de Dilma Rousseff, embora tenha mantido os seus direitos políticos.

O impeachment e seus desdobramentos foi marcado por forte ativismo nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais. Antes, durante e depois, pessoas favoráveis e contrárias à cassação de Dilma Rousseff dividiam-se entre a tese segundo a qual o Brasil teria sofrido um golpe de Estado pela via parlamentar e a defesa de que tudo ocorrera conforme o figurino legal, sendo, portanto, um processo legítimo.

No interior desse cenário, também cresciam manifestações em prol de uma intervenção política das Forças Armadas, reivindicação acentuada com o massacre do PT no âmbito da Operação Lava Jato e a crença de que somente os militares poderiam salvar o Brasil da corrupção e do suposto perigo comunista representado pelo Partido dos Trabalhadores.

É, pois, sob essas condições imediatas que se dá tanto a produção do discurso antipetista e anticomunista do “Vai pra Cuba”, “Nossa bandeira jamais será vermelha” e “Intervenção militar já!”, liderado pelos movimentos pró-intervenção militar, como também do discurso da falta de conhecimento sócio-histórico como explicação para posturas políticas reacionárias ou conservadoras, expresso em enunciados como: “Por mais aulas de História para essa gente”.

Neste estudo, por sua vez, problematizamos tanto essa compreensão redutora da ideologia, como também a crença de que o conhecimento científico funciona como uma espécie de vacina contra posições políticas reacionárias ou conservadoras. Com isso, esperamos contribuir com a importante tarefa de reflexão e formação política desenvolvida pelos movimentos sociais e sindicais na perspectiva da conscientização crítica da classe trabalhadora.

2 CIÊNCIA E/OU IDEOLOGIA? UM DEBATE PARA ALÉM DA EPISTEMOLOGIA

Ousamos, então, nesta investida acadêmica, pensar, problematizar e relacionar dois conceitos complexos nas ciências humanas e sociais: a *ideologia* e o

alcance do conhecimento científico. Seria a ideologia, como Chauí (2008) e Bottomore (1993) interpretam, a partir de *A ideologia Alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels, uma falsa consciência ou uma consciência invertida da realidade? A ideologia, então, por não ser conhecimento científico, por ser uma concepção falsa de algo ou por não ser o “verdadeiro” conhecimento da realidade, induziria ao erro, levaria o sujeito a tomadas de posições sociais equivocadas?

Se assumirmos a ideologia única e exclusivamente nessa perspectiva, podemos retomar a tradição epistemológica socrática do intelectualismo ético, cuja tese central é de que o homem só erra por não conhecer a verdade, sendo a virtude alcançada por meio do conhecimento:

Na verdade, excelente Símas, talvez não seja em face da virtude um procedimento correto trocar assim prazeres por prazeres, sofrimentos por sofrimentos, um receio por outro receio, o maior pelo menor, tal como se tratasse duma simples troca de moedas. Talvez, ao contrário, exista aqui apenas uma moeda de real valor e em troca da qual tudo o mais deva ser oferecido: a sabedoria! Sim, talvez seja esse o preço que valem e com que se comprem e se vendem legitimamente todas essas coisas – coragem, temperança, justiça – a verdadeira virtude, em suma, acompanhada de sabedoria. É indiferente que a elas se acrescentem ou se tirem prazeres, temores e tudo mais que há de semelhante! Que tudo isso seja, doutra parte, isolado da sabedoria e convertido em objeto de trocas recíprocas, talvez não passe de alucinação uma tal virtude: virtude realmente servil onde não há nada de são nem de verdadeiro! Talvez, muito ao contrário, a verdade nada mais seja do que uma purificação de todas essas paixões [...] (PLATÃO, 1972, p. 76-77).

Para Sócrates, pois, o erro é fruto da falta do verdadeiro conhecimento, que deve advir em cada um por meio da maiêutica. Nesse sentido, da tese do intelectualismo ético de Sócrates, podemos concluir:

1) A virtude (cada uma e todas as virtudes, sabedoria, justiça, fortaleza, temperança) é ciência (conhecimento) e o vício (cada um e todos os vícios) é ignorância. 2) Ninguém peca voluntariamente: quem faz o mal, fá-lo por ignorância do bem. Essas duas proposições resumem tudo que foi denominado “intelectualismo socrático”, enquanto reduzem o bem e a moral a um dado conhecimento, de modo a considerar impossível conhecer o bem e não fazê-lo (REALE; ANTISERI, 1990, p. 89).

Certamente que não vamos encontrar, no pensamento socrático, nenhuma menção à ideologia que, segundo Santos (2009, p. 15), é tratada pela primeira vez em 1801 por Destutt de Tracy, em seu livro *Elementos da Ideologia*. Como consequência lógica desse dado cronológico, também não encontraremos, em

Sócrates, uma reflexão acerca da ideologia em relação ao conhecimento ou do conhecimento afetado pela ideologia. Contudo, é interessante notar que podemos identificar, já na Antiguidade clássica, a tensão entre o conhecimento e a ação, entre a teoria e a prática, sendo o conhecimento, como postulado por Sócrates, um antídoto ao não agir corretamente, a não assumir a postura moral errada.

Sabemos das diferenças de abordagem epistemológica existentes entre a Filosofia antiga e a dita cientificidade moderna. Basta ligeiramente observarmos o método socrático da busca interior da verdade (maiêutica) e o método cartesiano, com suas quatro regras para a obtenção do conhecimento verdadeiro: 1) Evidência; 2) Método Analítico; 3) Síntese e 4) Enumerações e Revisões Gerais (DESCARTES, 1979). Contudo, não queremos tratar disso nem de forma unívoca, nem equívoca, mas sim análoga. Não afirmamos, aqui, que os métodos são iguais ou mesmo que alcançam os mesmos resultados; também não defendemos que são totalmente diferentes. O que queremos apresentar aqui é que os dois métodos têm por fim chegar ao conhecimento verdadeiro. Este, por meio da dúvida metódica ao conhecimento científico; aquele, por meio da dúvida irônica (a ironia socrática) à verdade das coisas.

E nós, nessa perspectiva, queremos pensar sobre o conhecimento científico e a ideologia nas ciências sociais e humanas, problematizando as possibilidades desse conhecimento ao imbricar-se com a ideologia. Diante das materialidades a serem analisadas neste trabalho, levantamos duas questões que consideramos complementares: seria, de fato, o conhecimento das ciências humanas e sociais suficiente para o sujeito não assumir uma postura ideológica reacionária? Seria, então, a ideologia conservadora incompatível com o conhecimento científico produzido por essas ciências?

Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso à qual nos filiamos, em seu primeiro texto, publicado sob o pseudônimo de Thomas Herbert, pensa sobre a relação do conhecimento científico com a ideologia e as implicações dessa relação no estatuto científico das ciências sociais, concluindo que o conhecimento só se torna científico quando, por meio de uma *prática teórica*, rompe com a ideologia:

A Prática ideológica [é] a transformação de uma “consciência” dada em uma nova “consciência” produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si própria. [Enquanto que a] Prática teórica [é] a transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho

conceitual determinado. O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o “corte epistemológico” (HEBERT, 2015, p. 24-25).

A epistemologia se dá, pois, no momento em que a teoria corta, interdita a ideologia e sai do campo da consciência para repousar no território da ciência, constituindo um corte do qual brotará a teoria, o conhecimento verdadeiro. Nessa ótica, conhecimento científico e ideologia não poderiam jamais compartilhar a mesma cena, pois a ideologia configura um conhecimento errante:

[...] toda ciência qualquer que seja seu nível atual de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento das errâncias anteriores e a garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual se destaca (HEBERT, 1995, p. 63-64).

Sabemos que o conceito de ideologia foi revisitado e revisado por Pêcheux, tendo lugar fundamental no constructo de seu projeto teórico, a saber: a Análise do Discurso, na qual a prática teórica está afetada pela ideologia, pela história e pelo inconsciente. Contudo, trouxemos essa reflexão de Herbert-Pêcheux pelo eco que essa a mesma tem em algumas análises da cena discursiva brasileira que, ao colocar em questão o golpe político de 2016 com a queda da presidenta Dilma Rousseff e o intenso crescimento do pensamento reacionário, racista, homofóbico, classista, enfim, da estabilização do fascismo brasileiro, atribuem isso à falta de conhecimento, desinformação, como se o conhecimento fosse um bloqueio à identificação dos sujeitos com essa posição ideológica. Não havendo, então, espaço para o conhecimento e a ideologia na mesma cena.

Porém, além da reverberação dessa reflexão de Herbert nas atuais cenas discursivas brasileiras, essa discussão acerca da cientificidade das ciências humanas e sociais fazia parte da pauta de debates acadêmicos da segunda metade do século XX, marcado ainda com as preocupações da neutralidade do conhecimento científico, da percepção de sujeito, das possíveis marcas de sua subjetividade e da influência do movimento da história na construção desse conhecimento. Uma marca disso são os textos de Thomas Herbert: *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, publicado em 1966, e de Claude Lévi-Strauss: *Crítérios científicos nas disciplinas*

sociais e humanas, publicado em 1964. Os dois textos, cada um com sua particularidade, tratam, no território francês, sobre os requisitos necessários para ser científica a prática das ciências sociais e humanas.

Destacamos, aqui, a questão do território francês por dois motivos: o primeiro, pela força e influência do pensamento existencialista de Jean-Paul Sartre (1905-1980), com seu sujeito condenado a ser livre e sentenciado a criar individualmente a história universal da humanidade:

Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; [...] Portanto, nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira (SARTRE, 1970, p. 5).

O segundo motivo pelo qual trazemos à tona o território francês é a formação do movimento filosófico estruturalista que resolveu dizimar o sujeito onipotente, postulado por correntes filosóficas como o existencialismo e o idealismo subjetivista, do campo de produção do saber científico das ciências humanas e sociais para, assim, se poder alcançar o estatuto científico para essas ciências, colocando a questão do sujeito em seu devido lugar. Os teóricos estruturalistas pensaram o estruturalismo, em primeiro plano, com o intuito de tornar científicas as ciências sociais e humanas. Nesse sentido, o movimento estruturalista ou estruturalismo filosófico tem um caráter marcadamente epistemológico, voltando-se contra diversas correntes filosóficas que trabalhavam, em seus postulados, com um sujeito altamente livre, determinado única e exclusivamente por si mesmo, autotranscendente, sendo senhor absoluto de sua história pessoal e da história da humanidade.

Pelo alcance e objetivos de nossa pesquisa, destacamos, dentre as correntes filosóficas às quais o estruturalismo fez frente, o existencialismo, cuja afirmação basilar é o poder total e a liberdade absoluta do sujeito. Essa, na verdade, é a tese que perpassa todo o existencialismo.

O estruturalismo filosófico, então, tem como objetivo principal aniquilar esse sujeito onipotente e, em seu lugar, colocar estruturas profundas e inconscientes,

onipresentes e onideterminantes – estruturas que sejam onívoras em relação ao eu onipotente e garantam às disciplinas humanas e sociais o estatuto de ciência.

Contudo, essa preocupação com a cientificidade/objetividade das ciências humanas não é um fenômeno exclusivo do movimento estruturalista em meados do século XX. No final do séc. XIX, Émile Durkheim tratava dessa questão em sua reflexão sobre *As regras do método sociológico*, enfatizando a necessidade de um método que garantisse à Sociologia a tutela de ciência dos fatos sociais. Diante da escassez de trabalhos que tratassem sobre o método enquanto um caminho para a cientificidade sociológica, Durkheim se propõe a sistematizar tal método. Seria impossível tratar nesta reflexão de toda a sistematicidade apresentada pelo referido autor na construção do método sociológico, por isso, trataremos especificamente do que tange ao nosso recorte “ciência/ideologia” em constructo metodológico para uma observação científica dos fatos sociais:

[...] em vez de observar as coisas, de as descrever, de as comparar, contentamo-nos então com a tomada de consciência das nossas ideias, analisando-as, combinando-as. Em vez de uma ciência das realidades, temos uma mera análise ideológica. Esta análise não exclui necessariamente e por completo as observações; podemos fazer apelo aos fatos para confirmar certas noções ou as conclusões que dela tiramos. Mas nesse caso, os fatos não intervêm senão secundariamente, a título de exemplo ou de provas confirmatórias; não são os objetos da ciência. A ciência vai das ideias às coisas e não das coisas às ideias (DURKHEIM, 1983, p. 94).

Na ótica de Durkheim, a Sociologia, para garantir o estatuto de disciplina científica, precisaria inverter o caminho realizado para a obtenção do conhecimento. Nesse sentido, o fato social teria que ser tomado como algo estranho ao sujeito, isto é, despojado de subjetividades ou qualquer representação ideal no espírito do cientista social. A ideologia é tomada aqui como um conhecimento pré-científico (pré-noções) que não se configura um conhecimento da realidade objetiva, pois é afetado pelo sujeito e pelas representações que se instauram em seu espírito. O verdadeiro conhecimento da realidade, por sua vez, é aquele que passa pelo crivo da objetividade científica, aquele que foi obtido por meio da regra fundamental da objetividade científica: a separação entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido.

Weber (2007), por sua vez, defende que, enquanto à ideologia caberia dar sentido ao mundo, à ciência caberia desvendar o mundo sem qualquer sentimento

de saciedade ou plenitude. Sendo assim, a ideologia não se opõe à ciência a partir de uma relação entre falsidade e correção; se opõe a partir da contraposição entre *juízo de valor* e *juízo de fato*, uma vez que a função social de uma seria justamente ocupar o vácuo deixado pela outra.

Diferentemente de Durkheim (1983) e Weber (2001), em Marx, o conhecimento, em seu processo de produção e aplicação social, é visto como algo socialmente condicionado pelos interesses e visões de mundo das classes com as quais se articula. E isso, por sua vez, longe de representar falta de objetividade, representa o reconhecimento de que fala-se sempre de algum lugar, sob determinada perspectiva, e este lugar é a posição social de classe, cujos interesses e valores perpassam, de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente, a produção e o uso social do conhecimento científico.

2.1 A IDEOLOGIA PARA ALÉM DA NOÇÃO DE FALSA CONSCIÊNCIA

Conforme demonstrado na seção anterior, é clássica a contraposição positivista entre ciência e ideologia, sendo o marxismo a perspectiva teórico-metodológica que rompeu com essa cisão ao se assumir, sem medo, concomitantemente como paradigma científico e como ideologia política (LUKÁCS, 2013).

Isso pode parecer uma tremenda contradição para os adeptos da neutralidade axiológica do conhecimento científico, na medida em que este último, na perspectiva positivista, se caracteriza justamente por uma relação de oposição para com a ideologia.

No entanto, como observa Mészáros (2011), essa concepção fetichista de ciência não é endossada pela reflexão teórica de Marx e de Engels, autores cuja produção intelectual apresenta um compromisso prático direto com a luta dos trabalhadores por emancipação humana, isto é, o marxismo assume desde sempre uma posição ideológica inequívoca em favor dos interesses da classe trabalhadora.

Neste sentido, Marx e Engels não apenas denunciam o papel de falsificação da realidade e de mistificação que a ideologia pode assumir (MARX; ENGELS, 2007), como também exploram uma ampliação do referido conceito, o qual engloba várias formas de consciência social (MARX, 2008). A primeira acepção está

presente no texto *A ideologia alemã*, e a segunda, no prefácio do livro *Crítica da economia política*, ocasião em que Marx, ao analisar a relação de determinação reflexiva entre base e superestrutura, destaca:

[...] Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as *formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim* (MARX, 2008, p. 48, grifo nosso).

Esse pequeno fragmento tem sido alvo de interpretações às mais diversas no campo do próprio marxismo. Para alguns, como Iasi (2017) ele é a demonstração cabal de que Marx estaria contrapondo ciência e ideologia ao colocar, de um lado, o papel das ciências físicas e naturais na verificação fidedigna das condições econômicas de produção, e do outro, o papel das formas ideológicas (a política, a religião, a arte, a filosofia...) na tomada de consciência dos conflitos sociais e na marcação de posição nas lutas de classes.

Já o filósofo húngaro Georg Lukács (2013), ao tratar sobre o problema da ideologia em Marx, visualiza nessa passagem do texto de 1859 a chave para uma leitura ampliada do fenômeno em tela, na medida em que, para ele, Marx deixa claro que a ideologia não se define por critérios de correção ou falsidade, e sim, pela função social exercida pela consciência no interior dos conflitos do mundo dos homens. Assim, Lukács faz uma leitura diferente daquela sugerida por Iasi (2017) acerca da posição marxiana a respeito da ideologia. Para o filósofo húngaro, Marx não contrapõe ciência e ideologia, e sim, estabelece os critérios a partir dos quais um produto do pensamento pode ser considerado ou não uma ideologia: a sua capacidade de direcionar não apenas a maneira como um coletivo de pessoas toma consciência dos conflitos sociais, mas também de impulsioná-lo à ação prática diante desses conflitos. Noutras palavras: para Lukács, é no terreno da ontologia que Marx trata a problemática da ideologia, e não, a partir de critérios epistemológicos e gnosiológicos como correção ou falsidade. Isso não quer dizer que o problema da verdade ou da mistificação não tenha a ver com o debate ideológico; o autor apenas chama a atenção para o fato de que não é por aí que a ideologia é definida, e sim, por sua capacidade prático-operativa no mundo dos homens. Como observa Lukács (2013, p. 480, grifos nossos):

[...] Com certeza é correto dizer que *a esmagadora maioria das ideologias se baseia em pressupostos que não conseguem resistir a uma crítica rigorosamente gnosiológica, especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de tempo*. Nesse caso, porém, trata-se de uma crítica da falsa consciência; *contudo*, em primeiro lugar, *há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias* e, em segundo lugar, *aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência*. Por essa razão, *só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais*.

A citação acima é fundamental para o que estamos tratando aqui. Em primeiro lugar, porque ela reafirma e exemplifica a tese lukacsiana segundo a qual só se pode definir um produto do pensamento como ideológico quando analisada a sua função social, tendo em vista que, apesar de a ideologia ter relação íntima com a falsa consciência, nem tudo o que é mistificador cumpre função ideológica, e nem tudo o que cumpre função ideológica é enganoso. Em segundo lugar, e isso nos interessa mais diretamente aqui, Lukács lembra que a crítica epistemológico-gnosiológica (aquela que se dedica a analisar o pensamento sob os critérios de correção ou falsidade), “especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de tempo”, tem a sua importância no enfrentamento das ideologias.

Essa questão é relevante porque demonstra o fundo de meia verdade que existe na crença acerca do papel “desideologizante” do conhecimento sócio-histórico, conforme expresso nas materialidades discursivas que analisaremos a seguir. Isto é, embora o conhecimento sócio-histórico não funcione como uma espécie de vacina contra as influências ideológicas, não deixa de ser verdade que a sua aplicação rigorosa sobre grande parte das mistificações não deixa pedra sobre pedra. No entanto, não esqueçamos, isso vale para os casos específicos nos quais a ideologia ou é uma mistificação rasteira ou é uma falsa consciência bem elaborada, porém, em descompasso com a realidade histórica que a criou.

2.2 O DISCURSO DO CONHECIMENTO SÓCIO-HISTÓRICO COMO VACINA ANTIRREACIONARISMO POLÍTICO

Analisaremos a seguir uma sequência discursiva, retirada de uma charge na qual uma pessoa carrega uma placa com as frases: **“Pela volta dos militares!**

Ditadura Já” e, imediatamente atrás dela, outra pessoa, também com uma placa, responde: **“Por mais aulas de História para essa gente”**.

Escolhemos os enunciados dessa charge, e não diretamente os cartazes e faixas usados durante os protestos por ocasião do impeachment de Dilma Rousseff e em desaprovação ao governo Temer, porque ela sintetiza em uma única materialidade os discursos dos grupos favoráveis e contrários aos acontecimentos históricos em tela.

Conforme dizemos na Análise do Discurso, o enunciado acima não significa por si mesmo, e sim, constitui-se uma materialidade discursiva a partir da qual, segundo Pêcheux (1995), produz-se “efeitos de sentidos”.

Para a investigação acerca de quais discursos são veiculados em uma determinada materialidade, o analista não pode descuidar-se da identificação das condições amplas e restritas nas quais ele é produzido, o que, conforme Courtine (1981), envolve a consideração tanto dos sujeitos envolvidos como do contexto sócio-histórico. No primeiro caso (os sujeitos), consideramos que, embora não se possa desprezar a importância do sujeito da enunciação (aquele que escreve, fala, comunica...), este tem papel menos relevante na produção de sentidos do que o sujeito universal, entendido aqui como o lugar ideológico de onde se enuncia. Isto é, o sujeito enunciador é o porta-voz de uma ideologia no interior de uma formação discursiva, aqui compreendida como “[...] regiões de saberes, conhecimentos, espaços de permissões e também proibições” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 67).

Assim, na esteira de Pêcheux (1995), ao fazer uso da linguagem, o sujeito enunciador o faz estabelecendo uma relação com sentidos historicamente construídos e, portanto, constituidores de uma formação discursiva que, ao materializar uma ideologia, orienta a produção de sentidos daqueles que com ela se relacionam em um movimento de identificação-reformulação-paráfrase.

No caso da materialidade discursiva acima indicada, temos como sujeito enunciador, por um lado, o movimento antipetista e pró-intervenção militar e, por outro, o movimento progressista, de esquerda.

Muito claramente, o discurso materializado nos enunciados acima pertence a duas formações discursivas distintas e antagônicas. O primeiro discurso situa-se no interior da formação discursiva autoritária, alicerçada no uso da força física e da repressão policial como forma de enfrentamento das divergências ideológicas. O

segundo pertence à formação discursiva democrática, baseada no princípio segundo o qual as desavenças de projeto societário devem ser enfrentadas a partir do diálogo e do confronto de ideias.

Assim, para compreendermos melhor quais efeitos de sentidos esses discursos veiculam, adentraremos no contexto sócio-histórico de sua produção. Conforme já apontamos na introdução deste trabalho, as condições imediatas nas quais se deu a produção dos discursos materializados nos enunciados em tela foi o cenário do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Esse acontecimento histórico, como já dito, foi marcado por forte ativismo nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais por pessoas favoráveis e contrárias à cassação da governante petista.

No entanto, isso corresponde apenas às circunstâncias da enunciação, pois no plano sócio-histórico mais amplo nos deparamos com o resgate da memória do golpe militar de 1964. Esse resgate se dá de modo ambíguo, pois, se para os manifestantes antipetistas e pró-intervenção militar a ditadura que governou o Brasil entre 1964 e 1985 é vista com saudosismo por supostamente ter sido um governo honesto no trato da coisa pública, para os progressistas ela (a ditadura) representa um regime político de horror: sangrento, de cerceamento dos direitos civis e políticos e tão corrupto como os governos civis da dita Nova República, não sendo os casos de corrupção denunciados à época devido à forte repressão.

Essa retomada da memória sócio-histórica do golpe não se dá por acaso, tendo em vista acontecer no momento em que o Congresso Nacional cassa o mandato de uma presidenta eleita democraticamente sem a devida comprovação de crimes que justifiquem tal ato, fato evidenciado, entre outros elementos, na manutenção dos direitos políticos da presidenta cassada e no envolvimento direto em esquemas de corrupção dos protagonistas do processo de impeachment.

Assim, o golpe parlamentar faz ressurgir no discurso dos manifestantes a memória ambígua do golpe militar. Os saudosistas, em um movimento de reformulação-paráfrase com a memória histórica do pré-1964, acusam o PT de querer implantar uma ditadura comunista no Brasil e convocam os patriotas, os tementes a Deus e os homens de bem a impedirem esse suposto perigo em curso. Os progressistas, por sua vez, também retomam a memória de 1964, alertando para a similaridade do discurso antipetista e pró-intervenção militar com o discurso dos

anos de ditadura, ao mesmo tempo em que convocam o estudo da História como prevenção ou cura para comportamentos reacionários e/ou conservadores.

Deste modo, o discurso materializado nos enunciados: **“Pela volta dos militares! Ditadura Já”** e **“Por mais aulas de História para essa gente”**, veicula uma crença segundo a qual posicionamentos políticos antagônicos só existem por falta de conhecimento sócio-histórico por parte daqueles que os sustentam. Ou seja, por um lado, parte-se do pressuposto que as pessoas que não apoiam a cassação do mandato de Dilma Rousseff é por que desconhecem ou fecham os olhos para os riscos que o PT representa para o Brasil, com suas políticas supostamente imorais, a corrupção que o partido teria institucionalizado na política brasileira e a identidade com o projeto comunista historicamente combatido pelos militares honestos e patriotas que governaram o Brasil entre 1964 e 1985. Por outro lado, prega-se uma imanente correspondência entre conhecimento sócio-histórico e orientação política progressista. Ora, se essa suposta relação intrínseca entre conhecimento sócio-histórico e posição política progressista fosse verdadeira, como defende o discurso progressista, todo cientista social (em sentido amplo) seria politicamente progressista, o que não corresponde à realidade. E se não é assim que acontece é porque essa relação não é direta e imanente, como defendida no discurso em análise, e sim, trata-se de uma relação mediada por diversos elementos.

No interior dessa mediação está a ideologia, concebida aqui, na esteira de Lukács (2013), para além de uma relação cognitiva entre sujeito e objeto, sendo, portanto, uma consciência prático-operativa acima dos critérios gnosiológicos de correção ou falsidade sob os quais se assenta o conhecimento científico.

Assim, voltando à nossa materialidade discursiva, observa-se que a mesma, ao fazer uso da linguagem, resgata o discurso segundo o qual a ideologia seria sinônimo de falsa consciência, e não, uma forma de consciência social que, independentemente da correção ou da falsidade de suas premissas, tem a capacidade concreta de orientar a ação cotidiana dos sujeitos na direção de um dado projeto de sociedade. Mais que isso: retoma-se a crença no conhecimento sócio-histórico como antídoto a posicionamentos políticos divergentes. Isso não quer dizer que as duas bandeiras em disputa (a volta dos militares ao poder e o incentivo ao estudo da História) tenham o mesmo valor. Pelo contrário, quer apenas assinalar que ambas, cada uma ao seu modo, recorrem ao mesmo discurso: a contraposição

entre ciência e ideologia para classificar como inferior a orientação política do adversário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, analisamos o discurso do conhecimento científico como vacina contra posições políticas reacionárias ou conservadoras, crença essa que, mesmo inconscientemente, alicerça-se na oposição positivista entre ciência e ideologia, segundo a qual a primeira, entendida como a descoberta da verdade, se dá a partir de um rompimento com a falsidade, a ideologia.

Contudo, conforme mostramos, essa explicação é insuficiente para dar conta de esclarecer por que, em muitos casos, pessoas altamente instruídas apresentam comportamentos e posturas políticas conservadoras ou reacionárias, ao passo que outras com menor grau de conhecimento socio-histórico, por exemplo, apresentam posturas ideológicas consideradas progressistas. Assim, mostramos que isso se dá porque no campo da ação o indivíduo comporta-se orientado não apenas pelo conhecimento, mas também, por um sistema de valores, interesses, crenças e representações com o qual se identifica (a ideologia), independentemente se esse sistema corresponde a uma consciência correta ou falsa da realidade.

Assim, concluímos afirmando que, embora o posicionamento e ação política exijam conhecimento, não é redutível a ele, uma vez que se trata de uma relação de identidade e, portanto, não comporta apenas cognição, mas também sentimentos, crenças, valores e interesses sociais. Essa compreensão, portanto, é de suma importância para o fortalecimento da educação popular desenvolvida no seio dos movimentos sociais e sindicais, uma vez que a formação crítico-emancipatória exige a conquista de corações e mentes na direção do projeto societário defendido.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. Ideologia. In: _____. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COURTINE, Jean Jacques. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris, n. 62, Larousse, 1981.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

HEBERT, Thomas [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. [1967]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**. Campinas, vol. 1, 1995. p. 63-89.

IASI, Mauro Luis. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. In: _____. **Política, estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas. In: _____. **Antropologia estrutural dois**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PLATÃO. Fédon. In: _____. **Diálogos**. São Paulo: Abril cultural, 1972.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Sócrates e os socráticos menores. In: _____. **História da Filosofia**: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

SANTOS, Lavoisier Almeida dos. **A ideologia ufanista do governo ditatorial de Médici**: em uma perspectiva marxista. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **L'Existentialisme est un Humanisme**. Les Editions Nagel: Paris, 1970.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. O sujeito e a processualidade histórico-social. In: _____. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: Edufal, 2007.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. **Ciência e política**: duas vocações. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.